

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

I – Reunião:

Data da reunião:	04/12/2002	Hora da reunião:	9:00
Número da reunião:	01		
Local (incluindo sala):	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE - Setor Policial Sul, Área 05, Qd. 03- Bloco E - Sala 107 em Brasília-DF.		

II – Convocados

1- Membros presentes

Nome	Órgão/classe que representa *	E-mail *	Telefone *
Presidente: Maurício Otávio de Mendonça Jorge	MCT	mmendonca@mct.gov.br	(61) 317-7800
Albanita Viana de Oliveira	CNPq	albanita@cnpq.br	(61) 348-9381
Reginaldo Braga Arcuri	MDIC	arcurir@mdic.gov.br	(61) 329-7070
André Cabral de Souza	FINEP (substituto)	andrecs@finep.gov.br	(21) 2555-0498
Alisson Paulinelli	Representante do setor industrial	listen@listen.com.br	(11) 3285-0155
Carlos Arthur Barbosa Silva	Representante da Comunidade Científica	carthur@ufv.br	(31) 3899-2292

* necessário apenas se for à primeira participação ou se houver alteração, indicar se é substituto.

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

2 – Convidados e Secretariados presentes

Nome	Função	Órgão / classe que representa *	E-mail *	Telefone *
Eliana da Silva Soares Lara	Suporte	MCT	eliana@mct.gov.br	(61) 225-6039
Francisco F. Sparenberg Oliveira.	Convidado	MCT	ffsoliveira@mct.gov.br	(11) 3812-3546
Leonardo Hamú	Convidado	MCT	lhamu@mct.gov.br	(61) 317-8163
Lúcia Helena Tavares Viegas	Convidado	FINEP	lhviegas@finep.gov.br	(21) 2555-0574
Marília Bernardes Marques	Convidado	CGEE	bmarques@aol.com	(610) 424-9600
Marisa Barbar Cassim	Convidado	CGEE	mcassim@cgee.org.br	(61) 424-9600
Nelson Antônio R. F. da Cruz	Convidado	MCT	ncruz@mct.gov.br	(61) 317-8163
Paulo E. Cruvinel	Secretário Técnico	CGEE	pcruvinel@cgee.org.br	(61) 424-9600
Rafael Leite P. de Andrade	Convidado	CNPq	rleite@cnpq.br	(61) 348-9999
Reinaldo Fernandes Danna	Convidado	MCT	rdanna@mct.gov.br	(61) 317-7807
Rodrigo de Araújo Teixeira	Assessor Técnico	CGEE	rteixeira@cgee.org.br	(61) 424-9600
Silvana Almeida Figueira de Medeiros	Convidado	CNPq	silvanam@cnpq.br	(61) 348-9905

* necessário apenas se for à primeira participação ou se houver alteração

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

3 – Membros Ausentes

Nome	Função	Órgão/classe que representa *	E-mail *	Telefone *
Célio Brovino Porto	Membro do Comitê	MAPA	cporto@agricultura.gov.br	(61) 225-3365
Jorge de Paula da Costa Ávila	Membro do Comitê	FINEP	jorge@finep.gov.br	(21) 2555-0555
Roberto Rodrigues	Membro do Comitê	Representante do setor industrial	abag@netpoint.com.br	(11)3337-1499
Sílvio Crestana	Membro do Comitê	Representante da Comunidade Científica	crestana@cnpdia.embrapa.br	(16) 272-6817

*necessário apenas se for à primeira participação ou se houver alteração

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

III – Itens da reunião

1. Pauta:

- Abertura da reunião e apresentação dos membros do Comitê Gestor
- Apresentação do Regimento Interno do Comitê Gestor
- Apresentação das sugestões para o Documento Básico de Diretrizes
- Discussão da agenda de trabalho do CT-Agronegócio
- Encerramento

1. O Presidente do Comitê, Dr. Maurício Otávio de Mendonça Jorge, abriu a primeira reunião do Comitê Gestor do CT-Agronegócio dizendo que em nome do MCT era um grande prazer poder estar promovendo a instalação do Comitê Gestor. Disse que hoje há quatorze fundos setoriais já aprovados, todos eles se encontram legalmente constituídos, sendo que os mesmos são como subcontas de um fundo maior que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Disse que o trabalho junto aos Comitês Gestores é muito importante e que sua composição com pessoas de alto gabarito é fundamental, visto a responsabilidade com o planejamento estratégico da atividade do fundo. Disse também estar muito contente com as escolhas feitas para a composição do Comitê Gestor do CT-Agronegócio com representantes do setor privado, setor acadêmico e governo. Disse que já há resultados palpáveis de que esse é um processo novo de gestão dos recursos de ciência e tecnologia. Estabeleceu também que o sistema de ciência e tecnologia hoje, no Brasil, conta com instrumentos absolutamente modernos e eficazes de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico que é a inovação. Além dos Fundos setoriais que foram criados, que são recursos não-reembolsáveis voltados para aplicação fundamentalmente nas instituições de pesquisa, há também mecanismos de estímulo à participação empresarial. A seguir falou da proposta de lei de inovação e sua importância para o País.

2. Quanto aos projetos apoiados pelos outros fundos no segmento do Agronegócio, considerou que quando se faz um levantamento do que ocorreu em 2001, são 116 projetos que correspondem a algo da ordem de 60 milhões de Reais, os quais foram comprometidos pelo MCT. Em 2002, apenas no Fundo Verde e Amarelo (FVA) houve um comprometimento de doze milhões de Reais e que têm projetos que ainda estão sendo contratados. Destacou a seguir dois aspectos sobre o modelo em uso, sendo um sobre a participação cooperativa de grandes empresas do Agronegócio e outro da participação de parques tecnológicos com empresas incubadas que são sustentadas por projetos e iniciativas do ministério. Também atentou para o trabalho que tem sido feito com os arranjos produtivos. Quando se iniciou o trabalho no MCT em 1999, um dos principais pontos que logo foi identificado foi quanto à necessidade de se estabelecer um programa de sistemas locais de inovação. A idéia, baseada no que tem hoje de mais moderno na literatura internacional e política de inovação internacional, é justamente voltada à discussão sobre clusters, arranjos etc. Destacou também a montagem de comitês estaduais que trabalham

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

identificando conjuntos de projetos, o que viabilizou valorizar muito a relação com os estados na definição de áreas de investimentos de ciência e tecnologia, criando o que se chama de plataformas tecnológicas. Essas são estruturas onde se discutem problemas tecnológicos com empresas, instituições locais etc. Explicou que se deixou neste modelo a cargo dos estados a definição de quais eram as áreas que eles queriam investimentos. Boa parte do que veio dessa carteira, principalmente, norte-nordeste-centro-oeste, mas mesmo no sul-sudeste também foi Agronegócio, de alguma forma. Todos os fundos setoriais têm uma obrigação legal de gasto de 30% dos seus recursos nas regiões norte-nordeste-centro-oeste. Mas o que se tem feito ultimamente é justamente procurar dar qualidade a esse gasto. Que não seja apenas cumprimento da obrigação legal, mas que tenha um resultado. Então, esse é um trabalho importante que se fez e que é merecedor de destaque.

3. Um outro ponto que mereceu destaque foi sobre os vários projetos na área de agricultura familiar. Em 2000, o CNPq fez um Edital e selecionou uma carteira de projetos de agricultura familiar. Em 2001 se contratou essa carteira de projetos com recursos do FVA.
4. Essas informações mostraram claramente que o fomento ao Agronegócio não esteve parado e ao contrário, procurou-se fazer uma série de iniciativas importantes. Estabeleceu que a expectativa é que justamente a partir de agora com o início do Fundo Setorial de Agronegócio se consiga ainda mais alavancar este processo.
5. Houve também por bem, se destacar as interfaces entre os Fundos Setoriais, a exemplo do CT-Agronegócio com o Fundo Setorial de Biotecnologia, o qual é importante porque dá todo o suporte na área de genômica e proteômica. O outro é o FVA que tem essa linha dos arranjos produtivos e da agricultura familiar.
6. A seguir por solicitação do Presidente do Comitê Gestor cada um dos presentes se apresentou.
7. O Presidente esclareceu a seguir aos membros do Comitê Gestor que todas as pessoas que estavam em volta da mesa central forneciam suporte ao Comitê Gestor de alguma forma, trabalhando com reuniões preparatórias sobre os temas que são trazidos, etc. Esclareceu também que o Comitê Gestor contará com o apoio da secretaria técnica localizada no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), o qual foi criado durante a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo MCT, e que estava ali representado pela Dra. Marisa Barbar Cassim que é Diretora do mesmo.
8. Foi a seguir apresentada e discutida a proposta de Regimento Interno do Comitê Gestor, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade na forma apresentada. O Dr. Alisson Paulinelli, representante do setor produtivo, perguntou sobre a forma de acompanhamento estabelecida na proposta do Regimento Interno e foi-lhe apresentado o modelo de escritório virtual que vem sendo praticado e que será implementado para o CT-Agronegócio. Também se falou sobre o acompanhamento das linhas e

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

diretrizes devido à dificuldade de se acompanhar projeto a projeto, o que é feito pelas agências, a exemplo de outros Fundos Setoriais.

9. Sobre o item a respeito do plano anual de investimentos o Dr. Maurício Otávio Mendonça Jorge informou que na verdade o mesmo é plurianual, porque todas as aplicações são feitas por períodos superiores há um ano. Tais aplicações são contratadas num determinado ano, mas têm impacto orçamentário nos anos seguintes, portanto a forma de se trabalhar é justamente com aplicações plurianuais, mas que a cada ano se procura aprovar um plano que prevê a aplicação daquele ano e dos anos seguintes. Considerou também que como já se está no final do ano, não teria sentido fazer o plano neste momento. A proposta aceita por unanimidade pelos membros do Comitê Gestor, foi a de se montar posteriormente um grupo de trabalho para apresentação do plano de investimentos na primeira reunião do ano que vem, de forma a ter um documento de referência para os conselheiros. Ressaltou também que o papel nobre do Comitê Gestor é justamente o de identificar e selecionar as áreas prioritárias para ações estratégicas, solicitando às agências que implementem essas ações.
10. Passou-se a seguir à apresentação da Proposta para o Documento de Diretrizes, a qual foi recomendada e preparada com a participação de vários especialistas do segmento e contou com a coordenação do MCT, FINEP, CNPq e CGEE. O Dr. Alisson Paulinelli disse que a proposta está bem organizada e destacou pontos de interesse do Agronegócio nacional que estão bem apontados no documento. O Prof. Dr. Carlos Arthur Barbosa Silva, representante da comunidade científica, avaliou o item Diretrizes Gerais, quanto aos arranjos produtivos e disse que seria importante incluir no corpo do documento texto adicional para subsidiar o item. Também abordou a questão relacionada à transição do governo e à aprovação do documento e sua sustentabilidade. O Dr. Maurício Otávio Mendonça Jorge considerou que o documento trata de diretrizes estratégicas e não prioridades estratégicas e que o mesmo abrange áreas que têm sido de interesse da sociedade. O Dr. Maurício Otávio Mendonça Jorge considerou também quanto à necessidade de se expandir à questão sobre mercado exterior e barreiras.
11. O Dr. Paulo E. Cruvinel, secretário técnico, destacou etapas da organização e elaboração da redação do documento de Proposta de Diretrizes, a qual foi desenvolvida pelo grupo composto pela Dra. Ana Lúcia Delgado Assad (MCT); Dr. André Cabral de Souza (FINEP); Dr. Carlos Alberto Lima Neri (CNPq); Dr. Francisco F. Sparenberg Oliveira (MCT); Dr. Leonardo Hamú (MCT); Dra. Maria Auxiliadora Silveira (CNPq); e Silvana Almeida Filgueira de Medeiros (CNPq). Destacou também que no anexo ao documento de Proposta de Diretrizes consta uma lista de colaboradores nas diversas fases de elaboração.
12. Com a palavra o Dr. Reginaldo Braga Arcuri (MDIC) fez uma observação de caráter genérico e tecnológico na forma: Há um conjunto, um programa de ações, em qualquer das instâncias de governo, das relações com o setor privado onde se tem zona de fronteiras compartilhadas. Acha que uma coisa extremamente importante a ser feita no início desse trabalho era um pouco de identificar e mapear onde que há cruzamentos para se verificar em primeiro lugar o que pode gerar concentração de recursos, aceleração de resultados. Enfim, um conjunto de ações positivas de forma a focalizar onde está a ação concreta que

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

já pode ser feita, seja transmissão de informação, seja por exemplo, arranjos produtivos locais, os quais contam com trabalho do SEBRAE. Quanto aos arranjos produtivos locais uma coisa simples foi organizada pegando todos os programas, neste caso na área da indústria, concentrando-os em alguns pólos. O pessoal de vestuário, por exemplo, recebe o “Brasil Empreendedor” levando crédito, o “Programa Brasileiro de Design” levando ao programa de qualidade que hoje é o SIPI, o SEBRAE trabalhando com os programas que ele tem de capacitação, a APEX com algumas coisas de exportação, quer dizer, não se inventa nada novo, mas concentra as ações que já existem, num recorte físico ou econômico. Em segundo lugar, seria muito importante também essa discussão das negociações internacionais porque não só estamos aí com as três grandes rodadas: ALCA, União Européia e OMC. Há um jogo muito mais complexo nessas negociações no Agronegócios do que nos setores industriais, até porque no Agronegócios ainda somos excepcionalmente nacionais. Ter um foco específico neste momento porque boa parte do que se vai fazer vai depender disso. Uma última questão também nessa área internacional é que esse governo está deixando uma série de questões já encaminhadas no campo internacional e que este CT-Agronegócio precisava estar informado. Uma informação importante é que está para ser fechado um acordo marco com a comunidade andina das nações. É um negócio que está rodando há muito tempo, para ver se sai do esquema de preferências tarifárias, avançando para uma área de livre comércio e a questão do Agronegócio é fundamental, porque é aonde eles têm também alguma potencialidade que é necessária à gente entender uma maneira mais objetiva como que isso vai ficar. Não é um acordo ainda formal, mas um acordo marco com bilaterais entre cada um dos países. Então, tem um grau de complexidade muito grande. A outra informação importante é que o Ministro Sérgio Amaral assinou anteontem na China o memorando de entendimento, os chineses não querem discutir acordo de livre comércio. Eles dizem que acabaram de entrar na OMC e que estão querendo entender um pouco melhor como é que isso funciona. Esse é um acordo de cooperação industrial e o Agronegócio é um item específico que nós colocamos por todas essas razões. É uma oportunidade extremamente grande, nós sabemos, por exemplo, o caso da soja, que os chineses estão tendo políticas para eles muito eficazes para agregação de valores etc. Sugeriria como terceiro e último ponto que também, essas coisas que são recentíssimas pudessem ser trazidas ao conhecimento do CT-Agronegócio, exatamente no momento em que elas apontam para um horizonte bastante importante para o Agronegócio do Brasil.

13. O Dr. Alisson Paulinelli, considerou que na realidade, “essa guerra” comercial tem vários aspectos. O aspecto que o Brasil deve hoje se preocupar mais é que despontou em trinta anos como um país com vantagens comparativas efetivamente realçadas e isso vai provocar novas reações. É uma nova agricultura que está surgindo no mundo, com parâmetros, com conceitos absolutamente diferentes e aí que vê a grande vantagem do Brasil em investir em inovações tecnológicas que venham encurtar mais esse período, que venham esclarecer, e que as entidades internacionais já estão começando a reconhecer que estamos tendo uma agricultura hoje menos detratada que a deles, que ela é mais conservacionista aqui. Então essas revoluções, os combates biológicos entendidos nessa área aqui no Brasil funcionam muito mais do que em regiões temperadas. Lá as ações têm que ser mais intensas, mais repetitivas. Enquanto os Estados Unidos, para cultivar o algodão, se auto elogiam muito porque fazem doze pulverizações. A Embrapa já está fazendo com apenas duas ou três pulverizações de produtos químicos.

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

Esse plantio direto, essa evolução que está havendo em termos de manutenção de solo, de melhoria biológica do solo, de fertilidade, de proteção de água e dupla cultura sem nenhum detrimento, isso para fazer a dupla cultura lá eles fazem uma verdadeira loucura e aí entram alguns detalhes que devemos estimular que é buscar nessas inovações soberania para o Brasil. Atualmente no País já são feitas três culturas no ano. O problema de uso de produtos químicos aqui está muito mais reduzido e me pergunto: Por que o Brasil insiste em usar alguns produtos químicos dentro da mesma linha da agricultura temperada? Por que aqui no Brasil estamos ainda moendo a rocha fosfática, tratando a rocha fosfática com ácido sulfúrico, quando está comprovado, e os trabalhos estão aí, em evolução de que um solo orgânico com plantio direto em três, quatro, cinco anos, você faz a mesma ação, não pelo ácido sulfúrico, mas pelo ácido humico. São inovações que, acho, precisamos apoiar e levar a frente. Os trabalhos da Dra. Johanna Döbereiner não podem parar e a Embrapa está continuando, não só na área de fósforo, nitrogênio, mas também na área de potássio.

14. O Dr. Alisson Paulinelli também considerou que gostou muito do documento com as propostas de diretrizes, porque o trabalho está bem provocativo e disse que os organizadores estão de parabéns. Afirmou que nos pontos identificados, o Brasil pode ganhar em estratégia. São neles que se deve pensar para organizar ações estratégicas, o Brasil tem uma agricultura com parâmetros absolutamente novos e inovadores. Contou que ontem, depois de muita luta foi criado um centro de referência em água, solo e planta, na cidade de Sete Lagoas aproveitando, os trabalhos belíssimos que já estão lá sobre a figura do produtor de águas, do coletor de águas, do manejo da água de chuva para muito melhor. Segundo ele, apenas não se focou no documento, com maior profundidade, as frutas, o consumo de frutas, a tendência de consumo, esse problema da proteína pelos açúcares e outros. Isso está crescendo no mundo violentamente e o Brasil tem um potencial fabuloso e ele precisava qualificar produtos, marketing, etc. Disse que a sua experiência direciona-o para ver que hoje o Brasil precisa andar mais rápido do que andou nesses vinte anos. Se outros povos levaram milênios para fazer essa agricultura temperada chegar aonde chegou, o Brasil em duas ou três décadas está colocando um novo parâmetro de produção e um novo parâmetro de produtos. Disse não ter dúvida de que o mundo de hoje está preocupado com o problema sanitário e acha que isso é que vai efetivamente democratizar o mercado mundial, não a OMC. Concluiu considerando sobre o por quê há tantos anos se paga setecentos dólares no açúcar se o Brasil coloca o açúcar a cento e oitenta e três dólares? Essa é a verdade que tem que ser aberta, este é o grande instrumento de democracia que se tem hoje.
15. Com a palavra o Dr. André Cabral de Souza, representando a FINEP, considerou a questão das negociações, informando que essa diretriz foi sugerida no documento a partir de uma reunião que ocorreu com o Dr. Décio Stein, que conhece bem o assunto, culminando em uma ação estruturada ocorrida na FINEP para tratar justamente dessa questão das rodadas de negociação, ou seja, para elaborar *position papers* para os negociadores nacionais, buscando proporcionar embasamento a eles para as rodadas.

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

16. O Dr. Maurício Otávio Mendonça Jorge considerou frente às questões colocadas que o documento com as propostas de diretrizes foi feito por uma equipe com pessoas de todas as origens e matizes ideológicas. O trabalho foi bem consolidado e teve essa preocupação de ser discutido com a comunidade científica, empresarial e de usuários. Não foi à toa que durou um ano para se consolidar, com oito reuniões e com várias pessoas de vários ministérios, sempre procurando dar esse caráter multiinstitucional. Considerou que o trabalho está bom para ser divulgado, para ser debatido e que a qualquer momento o Comitê Gestor poderá rever alguns pontos e aprofundar outros.
17. Após as considerações o Comitê Gestor entendeu ser adequada à aprovação do documento na presente forma e deixar para o próximo ano possíveis ajustes ou novas inserções sobre os tópicos abordados.
18. A seguir o Presidente do Comitê Gestor considerou a importância quanto ao preparo da próxima reunião inclusive quanto ao trabalho de prospecção e identificação de demandas, motivou ações que possam trazer ao Comitê Gestor propostas em relação à formação de recursos humanos, em relação a atividades de *Venture Capital*, estímulo a empresas de base tecnológica e estímulo a grandes grupos empresariais e assim por diante. Considerou que certamente cabe ao Comitê Gestor estabelecer determinados critérios gerais para cada uma das ações. Os parâmetros de julgamentos, como vai ser julgado, se vai ser uma carta-convite, um edital, uma chamada, quais são os valores mínimos, máximos, apoiados por projetos etc. A partir daí, criam-se condições de implementações dos programas do Fundo Setorial e isso é repassado para as agências para que elas possam operar.
19. Informou também que as reuniões dos Comitês Gestores dos fundos são, em geral, de periodicidade trimestral, mas abre a possibilidade de realizar reuniões extraordinárias, desde que sejam convocadas como disposto no Regimento Interno. As atas serão arquivadas e guardadas no MCT e para fins executivos estabelece que as decisões e deliberações do Comitê serão publicadas no Diário Oficial sob a forma de Comunicados, Recomendações e Resoluções.
20. Assim, recomendou ao Secretário Executivo o preparo das resoluções para publicação em Diário Oficial e Página Web do MCT, Agências e CGEE, após assinatura do Presidente do Comitê Gestor, do Regimento Interno e do documento de diretrizes, ambos aprovados nesta reunião.
21. A seguir o Dr. Maurício Otávio Mendonça Jorge, considerou que para a primeira reunião do próximo ano gostaria de contar com uma apresentação da FINEP, uma do CNPq e uma do CGEE, sobre seus funcionamentos e em uma segunda parte da reunião que o grupo técnico junto com a equipe de transição pudessem detalhar o próprio funcionamento do Comitê Gestor e elaborar a proposta do plano anual de investimentos.

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

22. A outra questão por ele colocada foi quanto a se ter algum recurso do CT-Agronegócio para este ano, com um limite de pagamento, pequeno, em torno de um milhão de reais, que poderá ser utilizado para um marco de funcionamento. Para isso, alguns poucos projetos poderiam ser apoiados, após avaliação das agências, buscando se identificar projetos inquestionáveis do ponto de vista da sua necessidade e da sua maturidade de formulação. Para tanto, solicitou uma autorização do Comitê Gestor para se encaminhar os termos para contratação. Explicou ele que uma resolução autorizando o MCT a contratar até um volume de dez milhões de reais em projetos para os próximos anos, significaria contratação e efetivação de um milhão esse ano e comprometimento de recursos de 2003 e 2004. Por que dez milhões? Tem-se um orçamento previsto para o ano que vem de trinta e cinco milhões e um orçamento provavelmente também para 2004 de trinta e cinco milhões, supondo que nada se altere. Isso significará um comprometimento de cerca de 10% dos recursos do CT-Agronegócio para o próximo ano, ficando 90% dos recursos livres para futuras gestões.
23. Considerou também que quem estiver no Comitê Gestor no início do ano que vem terá todas as condições, toda a liberdade para implementar sua política para os próximos anos, entretanto, tem-se até o dia 15 de dezembro de 2002 para que as agências possam operacionalizar essas ações.
24. Assim, após uma série de discussões e em face do tempo escasso para ações possíveis no corrente ano, houve o entendimento e a manifestação favorável por parte dos membros do Comitê Gestor, com o compromisso de que as propostas de projetos em carteira lhes seriam passadas em síntese por correio eletrônico, tendo para tanto sido solicitado pelo Presidente à preparação da resolução correspondente para publicação no Diário Oficial.
25. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente Dr. Maurício Otávio Mendonça Jorge agradeceu a presença de todos e declarou às 12:45h encerrada a reunião, tendo sido para a mesma lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros do Comitê Gestor do CT-Agronegócio.

ATA DE REUNIÃO DO FUNDO SETORIAL DE AGRONEGÓCIO

IV - Resoluções

1. Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Agronegócio

2. Aprova o Documento de Diretrizes do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Agronegócio

3. Cria um grupo de trabalho para preparar a próxima reunião do Comitê Gestor

4. Autoriza as Agências de Fomento a selecionarem um conjunto de projetos de pesquisa a serem contratados em 2002.